

Chipre: o reencontro da Europa com a questão do Oriente

por José Pedro Teixeira Fernandes
publicado in *História* nº 77 Junho (2005): 32-39

1. A 3 de Julho de 1990 o governo da *Kypriaki Dimokratia*/República de Chipre presidido por Georgios Vassiliou solicitou formalmente a sua adesão às Comunidades Europeias. Na sequência deste pedido, e após diversas hesitações e diligências prévias de aproximação, foram finalmente abertas negociações de adesão (1998). Estas, após uma fase negocial marcada por alguma turbulência, acabaram por ser concluídas com sucesso já nos primeiros anos do século XXI (2003). Deste modo, a República de Chipre é hoje um dos dez novos membros que integram a actual União Europeia (UE), desde o último alargamento efectuado a 1 de Maio de 2004. Mas, o pedido de adesão da República de Chipre e sua entrada na UE, marcaram, também, pela primeira vez, o envolvimento directo europeu nos territórios históricos da «questão do Oriente»¹, pela integração, para já ainda parcial, dum território e dum população estreitamente ligados aos problemas resultantes da dissolução do Império Otomano e à formação do seu principal Estado sucessor, a República da Turquia.

Na historiografia clássica europeia a «questão do Oriente» está associada à decadência do «homem doente da Europa», ou seja, do Império Otomano, na designação celebrizada pelo czar russo Nicolau I nas vésperas da guerra da Crimeia (1853-1856). Esta questão, que teve várias crises, marcou a diplomacia durante um século e meio, sendo um assunto de primeira grandeza nas chancelarias das principais potências novecentistas. É ao tratado celebrado entre

a Rússia e o Império Otomano, a 21 de Julho de 1774, após a derrota militar deste último pelos exércitos do czar – Tratado de Küçük-Kajnardja, literalmente a aldeia da «pequena fonte», actualmente uma povoação da Bulgária (Kainarza) –, que se deve o início formal da questão do Oriente. Por sua vez, o Tratado de Lausana (1923), que regulou a dissolução do multissecular Império Otomano e a emergência sob as suas cinzas da República da Turquia, marca convencionalmente a resolução final desta questão e o seu definitivo encerramento diplomático.

Até um passado bastante recente esta foi uma percepção praticamente inquestionada, até porque o assunto, se exceptuarmos o interesse académico mantido por universidades e institutos especializados no estudo histórico do Império Otomano/Turquia, praticamente caiu no esquecimento dos políticos e da opinião pública europeia/ocidental. Todavia, com o final da Guerra-Fria nos anos 1989-1991 e os sangrentos acontecimentos que ocorreram nos Balcãs, assistiu-se a um acrescido interesse histórico por este passado, na procura de explicações para os «inexplicáveis» conflitos que marcaram o fim da ex-Jugoslávia. Mais recentemente, especialmente nos últimos tempos que antecederam o alargamento de 1 de Maio de 2004 da UE, a mediatização do mesmo levou a que a opinião pública europeia «descobrisse» que afinal existia um conflito em Chipre, que a ilha estava dividida à maneira da Alemanha durante a Guerra Fria ou da actual península da Coreia, e que este novo membro da União entrava truncado *de facto*, em mais de 1/3 do seu território e mais de 1/4 da sua população. Como se chegou a esta situação bem estranha para a actual *island of peace* europeia? É a isto que vamos tentar responder efectuando uma breve resenha histórica dos principais factos marcaram o passado cipriota nos últimos séculos.

¹ Para uma panorâmica das sucessivas crises que marcaram a questão do Oriente ver o trabalho de A. L. Macfie, *The Eastern Question 1774-1923*, Londres-Nova Iorque, Longman, 1996, 2ª edição revista.

2. As raízes mais remotas deste conflito podem datar-se da invasão e conquista de Chipre (*Kypros* em grego; *Kibris* em turco) – a terceira maior ilha do Mediterrâneo depois da Sicília e da Sardenha, com cerca de 9.300 km² – pelos turcos otomanos, que em finais do século XVI (1571) puseram fim ao período de dominação dos francos/latinos sobre a ilha. Desta forma, os otomanos sucederam à dinastia francesa dos Lusignan e à República de Veneza, no controlo territorial da mesma e na subjugação da sua população, maioritariamente cristã ortodoxa de rito grego. Tal como já era prática dos otomanos nos territórios por si conquistados da Anatólia e dos Balcãs – onde existiam, especialmente nestes últimos, uma maioria de populações cristãs –, implementaram na governação da ilha o sistema dos *millet*, que prevaleceu até à tomada da ilha pelos britânicos, no último quartel do século XIX. Neste sistema, existiam comunidades religiosas de «povos do Livro» (os *zhimmi* ou *dhimmi* que podiam, pela teologia muçulmana, ser submetidos aos estatuto da *dhimmitude*²), e que eram reconhecidas oficialmente pelo poder otomano – tradicionalmente tratava-se dos cristãos ortodoxos gregos, dos cristãos arménios e dos judeus. Estas comunidades, «sob a responsabilidade do seu chefe hierárquico, auto administravam-se nos domínios que relevavam da sua teologia e da sua moral, mas que tinham de se conformar com as leis do império para tudo o resto»³.

Quadro 1 – Período de duração da governação otomana nos Balcãs e em Chipre

Países/regiões	Datas	Anos (duração)
Albânia	1468-1912	444
Bósnia	1463-1878	415
Bulgária	1396-1878	483
Chipre	1571-1878	307

² Sobre o estatuto jurídico da *dhimmitude* ver os trabalhos de Antoine Fattal, *Le Statut Legal des Non-Musulmans en Pays d'Islam*, Beirute, Imprimerie Catholique, 1958; e de Bat Ye'or, *Islam and Dhimmitude. Where Civilizations Collide*, Madison, Farleigh University Press, 2002

³ Georges Castellan, *Histoire des Balkans*, Paris, Fayard, 1991, pag. 119.

Países/regiões	Datas	Anos (duração)
Croácia	1526-1699	173
Grécia	1456-1830	374
Herzegovina	1482-1878	396
Hungria	1526-1699	173
Macedónia (Skopje)	1371-1913	542
Roménia (Valáquia)	1476-1829	353
Roménia (Moldávia)	1504-1829	325
Sérvia	1389-1829	440

Fonte: Carl L Brown [ed.], *Imperial Legacy. The Ottoman Imprint on the Balkans and the Middle East*, Nova Iorque, Columbia University Press, 1996, pp. xiii e xiv. As datas são apenas aproximadas. As fronteiras destes territórios mudaram ao longo do tempo. As diferentes formas de administração/domínio no âmbito do Império Otomano não estão mencionadas (sendo variáveis desde a autonomia e a independência virtual até ao governo directo de forma centralizada)

Conforme faz notar o historiador francês Georges Castellan⁴ existem distorções frequentes na representação do sistema dos *millet* na historiografia europeia/ocidental. «A visão étnica pré-nacional não era de maneira nenhuma a dos otomanos: fiéis do Profeta, só conheciam entre os seus sujeitos os *moslem* («crentes») e os *zimmi/dhimmi* («pessoas protegidas», ou seja, os não-muçulmanos vivendo no império e obedecendo às suas leis). Ora, estas leis eram fundadas sobre a Xária, estranha aos não-crentes. Daí o sistema do *millet*, do qual se tem feito um exemplo singular da tolerância do poder otomano. Na realidade, sistemas semelhantes de auto-administração de grupos humanos apoiando-se sobre as suas leis religiosas, tinham existido durante a Idade Média ocidental [...]. Os sultões encontraram exemplos nos grandes impérios do Médio-Oriente, junto dos persas, em particular». Quer dizer, não só esta forma de governação otomana está longe de ser um sistema de governação original (já era anteriormente praticado pelo Império Persa e foi também praticado na Idade Média ocidental), como a sua apresentação como um modelo de «tolerância religiosa» e como um «sistema

virtuoso de governação multicultural» que induz implicitamente no(s) leitor(es), a ideia e os significados que estas palavras têm hoje, está descontextualizada da realidade histórica.

Quanto à sua raízes mais próximas do conflito de Chipre, estas começam por encontrar-se no último quartel do século XIX, mais precisamente na guerra russo-turca de 1877-1878 que se saldou por uma enorme derrota otomana e pela celebração do Tratado de paz de San Stefano (actualmente Yeşilköy, na Turquia), com os exércitos russos acampados a menos de uma centena de quilómetros de Constantinopla/Istambul. Todavia, os importantes ganhos territoriais russos no Sudeste da Europa – e que estiverem, por exemplo, na origem da «Grande Bulgária» prevista no Tratado de San Stefano –, inquietaram também as outras potências europeias, especialmente a Grã-Bretanha. Esta, devido às suas ambições estratégicas globais, preferia ter um Império Otomano débil nos Balcãs, no Bósforo e no Mediterrâneo Oriental, do que uma Rússia forte, potencialmente muito mais ameaçadora do seu domínio sobre as rotas marítimas. Desta forma, sob os auspícios da Alemanha e do chanceler Otto von Bismarck, reuniu-se, em Berlim (1878), um novo congresso para tentar regular mais uma crise do Oriente. Foi neste contexto diplomático-estratégico que Chipre passou para a administração britânica, sem que os seus exércitos tivessem de disparar um único tiro. O sultão otomano Abdülhamid II procurava desesperadamente apoios nas outras potências, especialmente nos britânicos, para tentar minimizar no plano político-diplomático as pesadas perdas sofridas pelos seus exércitos no terreno. Os britânicos anuíram solicitando em troca a administração da ilha de Chipre. Esta foi-lhes foi concedida por Abdülhamid II permanecendo a ilha teoricamente sob soberania otomana. Esta situação manteve-se até 1914, quando na altura do desencadear dos acontecimentos da I Guerra Mundial a Grã-Bretanha anexou unilateralmente esse território ao seu Império. Posteriormente, pelo já referido Tratado

⁴ Georges Castellan, *op. cit. ant.*, pag. 118

de Lausana de 1923 que regulou a dissolução do multissecular Império Otomano e o estabelecimento da República da Turquia como Estado sucessor, esta reconheceu formalmente a anexação britânica, renunciando a qualquer pretensão territorial sobre Chipre.

No pós II Guerra Mundial, o movimento de descolonização que levou as antigas colónias das potências europeias à independência fez-se também sentir em Chipre. Em 1955 iniciou-se uma rebelião armada contra o poder colonial britânico, liderada por um antigo coronel do exército grego, nascido em Chipre – Georgios Grivas –, que já tinha ganho notoriedade na luta contra a ocupação nazi da Grécia durante a II Guerra Mundial, e na guerra civil grega que se lhe seguiu (1946-1949), entre os partidários de um regime comunista pro-soviético e os partidários da monarquia pro-ocidentais. Importa notar que o EOKA (*Ethniki Organosi Kiprion Agoniston*/Organização Nacional dos Combatentes Cipriotas), o movimento de rebelião liderado pelo coronel Grivas, não tinha por objectivo político último a formação de um novo Estado independente mas a *enosis* (união) com a Grécia. Desta forma, era de alguma maneira retomada a *megali idea* (grande ideia), de reunificação das populações helénicas num único Estado, a qual se revelou desastrosa para as populações gregas da Ásia Menor⁵ em 1919-1922, com a derrota do exército grego pelos nacionalistas turcos de Mustafa Kemal.

Como resposta ao desencadear da luta armada pela *enosis* dos cipriotas gregos, surgiu do lado dos cipriotas turcos, em 1957, uma organização simétrica, o TMT (*Türk Mukavemet Teskilati*/Movimento de Defesa Turco) que, tanto quanto se sabe, terá sido fundado por Rauf Denktaş, Burhan Nalbantoglu e Kemal Tanrisevdi (um diplomata turco da embaixada de Nicósia), cujos objectivos eram a protecção dos cipriotas turcos e a separação/divisão (*taksim*) da ilha entre as duas comunidades, no caso se concretizar a saída dos britânicos. Todavia, ao

⁵ Sobre este assunto ver o livro do diplomata britânico Michael Llewellyn Smith, *Ionian Vision. Greece in Asia Minor 1919-1922*, 2ª edição 1998, Londres, Hurst & Company.

que tudo indica, o TMT terá tido também o patrocínio não oficial do exército turco⁶, através do seu Chefe do Comité de Mobilização e Controlo, Danis Karabelan, e do major Ismael Tansu, um antigo combatente da Guerra da Coreia (1950-1953). E teve, muito provavelmente, da «compreensão» dos britânicos que recorriam maioritariamente aos cipriotas turcos/muçulmanos para os corpos de polícia e a máquina administrativa estadual, usando a velha estratégia imperial/colonial de *divide and rule*. Neste contexto, o TMT apareceu como um interessante contrapeso para o EOKA.

Foi neste época que a situação em Chipre começou a adquirir os contornos complexos da conflitualidade que hoje podemos observar, interferindo na sua configuração múltiplos factores internos e externos tão imbricadamente misturados que, pelo menos numa abordagem que procure ser imparcial, se torna bastante difícil dizer onde estão as causas primeiras dessa conflitualidade. Ainda assim, podem-se apontar com alguma objectividade diversos factores que alimentaram, e alimentam, a engrenagem do conflito: (i) as rivalidades culturais-religiosas-nacionais entre as duas comunidades e as suas pretensões políticas contraditórias da *enosis/taksim*; (ii) a simpatia e apoio popular/diplomático/militar que estas pretensões têm tido, ao nível externo, da parte Grécia e da Turquia, dois actores estaduais envolvidos directamente no conflito⁷, para os quais a questão de Chipre adquiriu contornos de interesse vital nacional e de evento catalizador das suas opiniões públicas; (iii) a permanência do interesse estratégico dos britânicos na ilha, que mantêm duas bases militares numa área de cerca de 250 km² – em Akrotiri, perto de Limassol e em Dhekelia, perto de Larnaca – negociadas durante os acordos de independência; (iv) a posição estratégica de Chipre no Mediterrâneo Oriental, muito próxima do Médio Oriente, que contribui frequentemente para

⁶ A denúncia de que o exército turco este por detrás da formação do TMT é sistemática entre os autores gregos/cipriotas gregos. Ver, por exemplo, Costa Yennaris, *From the East. Conflict and Partition in Cyprus*, trad. ing., Londres: Elliot & Thompson, 1999.

um complexo e perigoso cruzamento entre as linhas de conflito internas e os seus jogos de poder próprios, e as linhas de conflito externas e os jogos estratégicos de poder da política internacional (por exemplo, durante a Guerra Fria, a crise do canal do Suez, a crise dos mísseis de Cuba, a luta pelas esferas de influência entre as superpotências, etc.)

No final dos anos 50, os governo britânico inicialmente oposto à independência da ilha acabou por progressivamente alterar a sua posição, quer por razões internas associadas ao desgaste provocado pela luta de guerrilha do EOKA, quer por razões externas associadas às pressões de um ambiente internacional amplamente favorável à descolonização. Em 1958, Harold Macmillan, o Primeiro-Ministro britânico na época, iniciou uma nova estratégia diplomática face a Chipre, propondo que a ilha fosse governada por uma espécie de *troika* anglo-helena-turca, sendo os interesses estratégicos britânicos na região preservados pela manutenção das suas bases militares. Por sua vez, do lado cipriota grego, o arcebispo da Igreja Ortodoxa grega Michaïl Kristodoulos Mouskos, mais conhecido pelo nome eclesiástico de Makarios III, contrapôs um plano de independência da ilha face ao Reino Unido, à Grécia e à Turquia. Neste contexto complexo de interesses cruzados, o Reino Unido e a Turquia acabaram por tornar-se «aliados objectivos». A Turquia, porque a pretexto dum plausível argumento de protecção dos cipriotas turcos, viu uma boa oportunidade recuperar territórios do antigo Império Otomano, dos quais teve de abrir mão como contrapartida do seu reconhecimento internacional pelo Tratado de Lausana (1923). Esta estratégia de aproveitar conjunturas políticas e externas favoráveis para obter ganhos territoriais, já tinha sido utilizada com sucesso por Atatürk em 1938, quando, nas vésperas da II Guerra Mundial se iniciar na Europa, conseguiu convencer a França, a potência europeia que na altura administrava a Síria e o Líbano, a anexar o *sandjak* (distrito especial) de Alexandreta, com o

⁷ Sobre o conflito entre a Grécia e a Turquia, em que a questão cipriota é um dos muito pontos de fricção, ver Gilles Bertrand, *Le Conflit Helléno-Turc*, Paris, Maisonneuve & Larose/IFEA, 2003.

argumento de que a sua população era maioritariamente turca. Por sua vez, para os britânicos, a entrada da Turquia em cena permitia não só contrabalançar as pretensões dos cipriotas gregos – a comunidade maioritária em termos populacionais –, como reforçar a sua posição negocial, tornando mais aceitável a continuidade da sua presença no pós-independência. Isto porque obrigava ambas as comunidades a olhá-los como um potencial elemento estabilizador/dissuasor de conflitos entre ambas, e de intervenções externas gregas e/ou turcas.

Depois de alguma turbulência negocial, Chipre acabou por ascender à independência num processo que culminou com a celebração dos acordos de Zurique e de Londres (1959), onde o Reino Unido, a Grécia e a Turquia – as «Partes Garantes» –, estabeleceram o seguinte dispositivo: (i) a estrutura básica da República de Chipre; (ii) um Tratado de garantia entre a República de Chipre e as três «Partes Garantes»; (iii) um Tratado de aliança entre a Grécia, a Turquia e a República de Chipre. Na sequência destes acordos, a 16 de Agosto de 1960, Chipre tornou-se numa espécie de «Estado independente de soberania limitada» (não tanto pelas bases militares mantidas pelos britânicos, mas sobretudo pelo direito de intervenção da Grécia e da Turquia em caso de incidentes graves, e pela proibição da *enosis*). A presidência da nova república foi assumida pelo hábil e carismático arcebispo Makarios III, já bastante activo na política interna cipriota desde o início dos anos 50 (ao ponto de em 1956 ter sido deportado temporariamente para as Seychelles, pelas autoridades britânicas), tendo como vice-presidente, em representação da comunidade cipriota turca, Fazil Küçük.

Todavia, o precário equilíbrio conseguido entre as duas comunidades através dos acordos de Zurique e de Londres, entrou em ruptura em finais de 1963, com a proposta de efectuar treze emendas à Constituição cipriota, feita pelo Presidente Makarios, as quais, na óptica da

comunidade cipriota turca, destruíam a igualdade entre as duas comunidades étnico-religiosas. Na sequência destes acontecimentos as duas comunidades entraram em confrontos armados, suportadas, cada uma das partes, respectivamente, pela Grécia e pela Turquia, tendo esta última enviado forças militares para o território.⁸ Face à gravidade dos confrontos as Nações Unidas decidiram, pela resolução nº 186 do Conselho de Segurança de 1964, enviar um contingente de capacetes azuis para interposição entre as partes – a *United Nations Peacekeeping Force in Cyprus* (UNFICYP) –, que é a mais antiga força de paz em actividade no terreno.

Volvida uma década de «paz podre», a situação em Chipre voltou a entrar em grande turbulência, agora com o desencadear dum golpe de Estado efectuado pela Guarda Nacional Cipriota, ao que tudo indica instigado pelo governo da direita nacionalista grega sob a ditadura dos coronéis (1967-1974), golpe esse que levou à deposição do Presidente Makarios e à sua substituição por Nikos Sampson, numa tentativa de colocar no poder as forças políticas cipriotas favoráveis à *enosis*. Esta situação desencadeou duas intervenções militares sucessivas da Turquia, no Verão de 1974, alegadamente legítimas face ao dispositivo dos acordos de Zurique e Londres. A ordem para essa intervenção militar – que na linguagem diplomática oficial turca é qualificada como tendo sido uma «operação de paz», com fins meramente humanitários⁹ – foi dada pelo então Primeiro-Ministro, Bülent Ecevit (que voltou a estar à frente dos destinos da Turquia entre 1999 e 2002), tendo tido um papel importante nessa decisão Necmettin Erbakan, o primeiro líder de um partido islamita a chegar ao poder

⁸ Foi nesta sequência de acontecimentos que o Presidente dos EUA, Lyndon Johnson (1964), informou o Primeiro-Ministro turco, Ismet İnönü, de que não aprovaria o uso de qualquer armamento norte-americano numa intervenção unilateral em Chipre, o que na óptica nacionalista turca foi visto como uma traição do seu aliado.

⁹ Uma versão cipriota turca/turca dos acontecimentos pode ser encontrada em Tuncer Hüner, «The Cyprus issue: recent developments» in *Perceptions, Journal of International Affairs*, vol VII, (3), 2002, Setembro-Novembro, <http://www.mfa.gov.tr/grupa/percept/>

toda a história da República da Turquia, ironicamente numa coligação governativa com a «esquerda secularista» de Bülent Ecevit.

Para além das inevitáveis perdas de vidas humanas, esta operação militar consumou a deslocação de algumas dezenas de milhar de cipriotas turcos para Norte e a retirada de mais de uma centena de milhar de cipriotas gregos para Sul, levando à consumação da divisão *de facto* da ilha através da linha do cessar-fogo de 16 de Agosto de 1974, a chamada «linha verde» ou «linha Átila», no nome de código da operação que lhe foi dado pelo exército turco. Vale a pena notar que este nome evoca, deliberadamente, um personagem que na historiografia nacional turca é idolatrado como um dos seus maiores heróis do passado étnico pré-nacional, em clara antítese com a representação histórica europeia de Atila (à qual a Grécia não é excepção), que é habitualmente a de um «invasor bárbaro» que se fez notar pela sua crueldade.

O golpe do ressuscitado EOKA-B (1971-1974) de Nikos Sampson, que depôs Makarios, e a intervenção militar turca provocaram uma grave crise internacional especialmente melindrosa para o Ocidente político, liderado pelos EUA, ameaçando seriamente fracturar a coligação que se opunha à ex-URSS durante a Guerra Fria. Por isso, não deixa de ser interessante ler o relato pessoal dum dos principais protagonistas deste conflito, ao nível diplomático, Henry Kissinger, o conhecido político dos EUA que ocupou os lugares de Conselheiro de Segurança Nacional (1969-1975) e de Secretário de Estado (1973-1977), cargos que desempenhava quando a crise eclodiu. No seu relato sobre o conflito de Chipre, Kissinger afirma que as «paixões que o animavam tinham raízes tão profundas a ponto de se tornarem incompreensíveis para quem quer que não pertencesse aos dois grupos étnicos envolvidos». Mas, o aspecto mais interessante do relato de Kissinger, consiste na chamada de atenção que

este faz para as características próprias deste conflito, realçando que a sua importância «advém do facto de Chipre ter sido um caso precursor dos conflitos entre grupos étnicos», os quais se tornaram «cada vez mais frequentes e ameaçadores nas décadas subsequentes»¹⁰. De facto, se pensarmos nos conflitos étnico-religiosos-nacionais da ex-Jugoslávia que uma década e meia depois ensombraram o final da Guerra-Fria na Europa, vemos que entre ambos existem certas similitudes que evocam os problemas históricos da questão do Oriente.

Na sequência da crise do Verão de 1974, que terminou com o regresso à presidência de Makarios no final desse mesmo ano (cargo que ocupou até ao seu falecimento, em 1977, sucedendo-lhe Spyros Kyprianou), os líderes cipriotas turcos declaram, primeiro, o estabelecimento do Estado Federado de Chipre da República da Turquia (1975); posteriormente, já sob a liderança de Rauf Denктаş, fundaram a *Kuzey Kıbrıs Türk Cumhuriyeti*/República Turca do Norte de Chipre (RTNC, 1983), considerada ilegal nesse mesmo ano pela resolução nº 541 do Conselho de Segurança das Nações Unidas – apenas é reconhecida internacionalmente pela República da Turquia. Importa notar aqui a total ausência de solidariedade política árabe/islâmica para com o envolvimento da Turquia na questão cipriota. A explicação mais provável é que o passado comum de governação/«colonização» otomana, que a Grécia partilhou até à sua independência no século XIX como os países Árabes, aproxima ambos contra os o antigo poder imperial/«colonial» otomano/turco. Para além disso, existe uma histórica rivalidade entre árabes e turcos pela primazia no mundo muçulmano, que continua a influenciar a actuação política e estratégica

¹⁰ Ver Henry Kissinger, *Anos de Renovação*, trad. port, Lisboa, Gradiva, 2003, pag. 178. O destaque dado por Kissinger aos acontecimentos do Verão de 1974 em Chipre, não foi certamente estranho à tese veiculada no livro dos jornalistas britânicos Brendan O' Malley e Ian Craig, *The Cyprus Conspiracy. America, Espionage and the Turkish Invasion*, Londres-Nova Iorque, I.B. Tauris, 1999. Segundo estes, existia um plano secreto de partilha da ilha em caso de radicalização do conflito, pelo que os EUA não se esforçaram por impedir a invasão turca no Verão de 1974, a qual até lhes terá sido conveniente dadas as tentações terceiro-mundistas e pró-soviéticas de Makarios.

no Mediterrâneo Oriental e no Médio Oriente, algo que os europeus parecem não compreender.

Em face de todo este contexto histórico e das profundas rivalidades religiosas/culturais/nacionais que este alimenta, é fácil compreender a questão de Chipre é um assunto extremamente sensível de política externa, que gera grande emotividade na opinião pública da Turquia e da Grécia, evocando em ambos os países traumas identitários e estereótipos bem enraizados na consciência colectiva. Por exemplo, no caso da Turquia, isto pode-se facilmente constatar pelos *slogans* veiculados pela imprensa e pela retórica dos próprios dirigentes políticos, à medida que ao longo dos anos 90, quer as Nações Unidas, quer a UE, fizeram pressão diplomática para a resolução do conflito entre as partes envolvidas. Como faz notar o investigador e historiador francês, Étienne Copeaux, «a partir de 1996, um dos *slogans* mais frequentes relativamente à questão cipriota foi *Chipre não será uma nova Bósnia*; este ilustra bem o estatuto de Chipre nas mentalidades, uma terceira frente entre o Islão e o Cristianismo. Mas, em Julho de 1998, o *slogan* evolui de maneira a fazer aparecer a existência duma outra cicatriz na memória colectiva turca, já que, altura do aniversário da intervenção militar de Chipre, em 1974, o presidente Süleyman Demirel declarava: *Chipre não será uma nova Creta*»¹¹.

Para já, as últimas negociações iniciadas em 2002 e reatadas em inícios de 2004, que decorreram sob a égide do actual Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, não chegaram a qualquer entendimento final entre as partes envolvidas no conflito. O plano de reunificação, que foi sujeito a referendo em 24 de Abril de 2004, previa a criação duma confederação de tipo helvético, na ilha de Chipre. Todavia, se do lado dos cipriotas turcos o

¹¹ Étienne Copeaux, *Une vision turque du monde à travers les cartes de 1931 à nos jours*, Paris: CNRS Éditions, 2000, 143, nota 2.

plano teve uma votação maioritariamente favorável de 64,91%, já do lado dos cipriotas gregos a votação foi esmagadoramente contra a aprovação do mesmo, com 75,83% dos votos expressos a rejeitarem o plano de reunificação proposto. Embora este resultado tenha o seu lado irónico¹², que é o de deixar fora da União Europeia o território e a comunidade que votou favoravelmente a reunificação, sendo a adesão restrita *de facto* ao território e à comunidade que rejeitou a reunificação, importa notar que o que está em jogo é uma situação bastante complexa. Esta envolve, entre outras coisas, a retirada dos mais de 30.000 soldados que a Turquia tem na ilha, a recuperação das casas e das propriedades que tiveram de ser abandonadas pelos seus proprietários aquando da sua divisão em 1974, que afecta maioritariamente os cipriotas gregos, a questão da repatriação dos emigrantes/«colonos» que a Turquia enviou da Anatólia, e o quase insolúvel problema de saber quem são os «cipriotas turcos de origem», dada a generosa política de concessão da «nacionalidade» da RTNC aos emigrantes/«colonizadores», prosseguida nas últimas décadas pela administração cipriota turca.

Quadro 2 – Estimativas da população Cipriota turca na ilha de Chipre/RTNC

Ano	Cipriotas turcos(Muçulmanos)/População da República Turca do Norte de Chipre (RTNC)
1960	
Último censo oficial feito para toda a população da ilha	104 320 Cipriotas turcos (Muçulmanos) (no mesmo censo foram registados 473 265 Cipriotas gregos/Cristãos)
1974	
Estimativa: (i) feita pela administração cipriota grega;	(i) 114 960 Cipriotas turcos
(ii) feitas pelo investigador canadiano Richard A. Patrick	(ii) 119 147 Cipriotas turcos

¹² Para um comentário dos resultados do referendo e uma análise crítica da atitude dos cipriotas gregos face ao plano Annan de reunificação, ver Rebecca Bryant, *An Ironic Result in Cyprus*, <http://www.merip.org/mero/mero051204.html>. Sobre as culturas do nacionalismo em Chipre e o entrave que estas representam a essa reunificação ver também o livro dessa antropóloga norte-americana, *Imagining the Modern. The Cultures of Nationalism in Cyprus*. Londres-Nova Iorque, I.B. Tauris, 2004.

Ano	Cipriotas turcos(Muçulmanos)/População da República Turca do Norte de Chipre (RTNC)
1992	
Estimativa mencionada no relatório do parlamentar espanhol Alfonso Cuco, do Comité para a Emigração, os Refugiados e a Demografia (Conselho da Europa)	Pop. Total = 171 500 (dados fornecidos pela administração Cipriota turca) Cipriotas-turcos «genuínos» = ?
1996	
Primeiro censo oficial conduzido pelas autoridades cipriotas turcas e avaliado pelo Instituto Estadual de Estatística da Turquia	Pop. Total = 200 587 Cidadãos da RTNC = 164 460 Nascidos na RTNC = 137 398 Nascidos na Turquia = 30 702
2003	
Estimativa mencionada no relatório do parlamentar finlandês Jaakko Laakso, do Comité para a Emigração, os Refugiados e a Demografia (Conselho da Europa)	Pop. Total = 203 200 Cipriotas turcos «genuínos» = 87 600 «Colonizadores» turcos = 115 000

Fonte: quadro elaborado pelo autor através de dados obtidos em Parlamento do Reino Unido – Select Committee on Foreign Affairs/Written Evidence (2005), *How Many Turkish Cypriots remain in Cyprus*, <http://www.parliament.the-stationery-office.co.uk/pa/cm200405/cmselect/cmfaaff/113/113we33.htm>

Desta forma, o grande desafio que enfrentam aos actuais líderes dos cipriotas – Tassos Papadopoulos, que em Fevereiro de 2003 sucedeu a Glafkos Clerides na presidência da República de Chipre, e Mehmet Ali Talat, que em Abril de 2005 sucedeu ao histórico Rauf Denktaş na presidência da RTNC (e que ao contrário deste último apoia o plano Annan de reunificação) – é o de conseguirem encontrar plataformas de entendimento que permitam superar as complexas divergências que afastam as duas comunidades. Por sua vez, para a UE, a incógnita é a de saber se Chipre, a mítica ilha da bela Afrodite, a deusa do amor da Antiguidade clássica grega, não se tornará numa nova caixa de Pandora onde esta vai encontrar o velho e empoeirado *puzzle* da questão do Oriente ainda por resolver.